



QUINTA-FEIRA, 20 :: fevereiro :: 2014

Kátia Azevedo

katiaazevedo@jornaldodia.com.br

Um mês depois do acordo entre cirurgiões pediátricos e a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) para completar a escala de atendimento no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), a unidade de saúde ainda enfrenta o risco de ficar sem os profissionais.

No mês passado, o Ministério Público Estadual estabeleceu prazos para que mais cirurgiões sejam contratados. Segundo informações divulgadas pela assessoria de comunicação da FHS, a fundação iniciou o chamamento público nacional em janeiro para a contratação imediata de profissionais com atuação na área de cirurgia pediátrica no Estado de Sergipe, sendo acordada uma carga horária máxima semanal de

60 horas, com pagamento salarial de R\$ 18 mil, ficando ao médico a opção por produtividade.

Ainda segundo a fundação, a FHS está aguardando o encerramento de residências para que consiga fechar a escala até o final de março. O órgão também alega enfrentar dificuldades de contratações pelo reduzido número de pediatras no país.

A FHS informou que o órgão discutiu o assunto com os médicos, ficando acertado que os profissionais iriam esperar o resultado do chamamento público para posterior reunião e fechamento das escalas. Além do processo de contratação de médicos nesta especialidade, a nível nacional, a fundação alegou que emitiu anúncios junto às instituições, como Conselho Federal de Medicina, Conselhos Regionais de Medicina, Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica e Associa-

ções Estaduais de Cirurgia Pediátrica, universidades de medicina e residência em Cirurgia Pediátrica e em jornais de circulação nacional, mas houve pouca procura.

As argumentações do governo são contestadas pelas entidades de classe médica. "A FHS está oferecendo contrato temporário, o que não tem atraído os profissionais que temem deixar o trabalho nos locais onde moram sem nenhuma garantia de que vão continuar contratados pelo governo. Enquanto isso, a situação dos cirurgiões pediátricos no Huse é preocupante", critica a médica e presidente da Sociedade Sergipana de Pediatria (Sosepe), Glória Tereza Lopes.

No Huse, são necessários 14 cirurgiões pediátricos para que o plantão de 24 horas funcione, mas atualmente a unidade só conta com três profissionais. Em todo o Estado, há apenas 12 especialistas nesta área para

atender as redes pública e privada em Sergipe.

As entidades médicas também cobram do governo soluções para questões do centro cirúrgico e abastecimento de materiais. Sobre o assunto, Glória Tereza enfatizou que a FHS deve investir em ações de valorização profissional e condições de trabalhos dos médicos, ao mencionar que o valor de R\$ 10 milhões anunciado pelo governo para aquisição de materiais não é o suficiente para atender a grande demandas de insumos e remédios na rede. "Este dinheiro só garante dois meses de reposição de itens utilizados com os pacientes, sendo que agora já passaram 30 dias", alerta.

O Conselho Regional de Medicina (Cremese) também está acompanhando o problema da falta de médicos e de condições para a realização de cirurgias. Na última segunda-feira, 17, os médicos

se reuniram com o Cremese para discutir uma solução. Ontem à noite os profissionais voltaram a debater o assunto em uma nova reunião na sede do Cremese.

Há mais de um mês, parte dos cirurgiões pediátricos se demitiu. Os médicos alegam que faltam remédios, equipamentos e que o centro cirúrgico precisa de melhorias. Segundo Glória Tereza, a situação se agravou com o surgimento das fundações de saúde, que geram perdas salariais e de carreira para muitos profissionais.

A médica ressalta que a rede de atendimento está sofrendo as consequências de cinco anos atrás com a criação das fundações e a precarização da profissão da medicina no setor público.

Ela enfatiza ainda que a situação causou uma grande saída de profissionais da rede, que após a mudança passou a apresentar um quadro maior de fragilidades de

direitos trabalhistas com desvalorização de estatutários, diferença salarial entre efetivos e contratados, precarização do trabalho sem Plano de Carreira e nem concurso público.

"O próprio governo provocou esta situação. Não há estímulo e incentivo e o atual quadro no Huse reflete estes problemas. Somente três cirurgiões gerais em uma unidade de grande porte é uma tragédia anunciada. Os cirurgiões estão operando sozinho e esta é uma prática diária que não pode mais continuar. Não adianta pagar R\$ 18 mil e não oferecer estrutura de trabalho. Quem vai deixar um emprego e trabalhar em um estado que não tem Plano de Cargos e Salários?", questiona. "Temos compromisso com a população. Não foram as entidades médicas que provocaram esta situação", acrescenta.